



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

ESTADO DO PIAUÍ
PALÁCIO DE KARNAK
GABINETE DO GOVERNADOR

Dá nova redação ao inciso X do art. 54, da Constituição do Estado do Piauí, para fixar como teto remuneratório dos Peritos Oficiais de Natureza Criminal, Oficiais Militares do Estado e Analistas do Tesouro Estadual, o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

PROCESSO SEI 00010.003180/2021-03 / AP 010.1.003158/21-10
RECORRENTE: Capitão QOPM 10.12291-00 RICARDO ADRIANO PINHEIRO ROCHA MIRANDA
RECORRIDO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, nos termos do art. 74, § 2º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso X do art. 54 da Constituição do estado do Piauí, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54.

X - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de quaisquer dos Poderes do Estado e dos municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não podendo exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos municípios, o subsídio do Prefeito, e, no Estado, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo, e, o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores do Estado, aos Defensores Públicos, aos Auditores Fiscais da Fazenda Estadual, aos Delegados de Polícia, Peritos Oficiais de Natureza Criminal, Oficiais Militares, Analistas do Tesouro Estadual e aos Auditores Governamentais.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina. (PI), 30 de novembro de 2021.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

DESPACHO

Trata-se de recurso interposto por **RICARDO ADRIANO PINHEIRO ROCHA MIRANDA**, Capitão QOPM 10.12291-00, nos termos do art. 50, da Lei nº 3.808/81 e art. 20, da Lei nº 3.936/84, em face do Despacho nº 1449/2021/PM-PI/CG proferido pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí nos autos do Processo Administrativo nº 00028.012719/2021-18.

O recorrente requereu ao Comandante-Geral da PMPI, através do Processo AA.028.1.004580/19, sua reclassificação na relação de antiguidade da PMPI levando em consideração sua antiguidade adquirida durante a realização do Curso de Formação de Oficiais, sob o fundamento de que sua reintegração ao posto de 1º Tenente QOPM foi determinada por decisão judicial proferida no Processo nº 0004731-78.2013.8.18.0140 que lhe garantiu o direito de ser reintegrado com todos os direitos.

Através do Despacho nº 031-GCG/2019, de 22.04.2019, a solicitação foi indeferida. Após, foi interposto recurso de reconsideração.

O Comandante-Geral da Polícia Militar resolveu conhecer do recurso de reconsideração, porém, negou-lhe provimento, mantendo o indeferimento através do Despacho nº 1449/2021/PM-PI/CG.

O recorrente, não se conformando com a decisão, interpôs o presente RECURSO, alegando, em síntese, que sua reintegração em virtude de decisão judicial transitada em julgado implica necessariamente no seu direito de reclassificação na relação de antiguidade da PMPI levando em consideração a progressão natural de acordo com o posto que exerceria caso não tivesse sido demitido.

É o relatório. Passo a decidir.

Recebo o recurso, vez que interposto no prazo legal estabelecido pelo art. 50, § 1º, “b”, da Lei nº 3.808/81.

O Juízo de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública julgou procedente a Ação Ordinária nº 0004731-78.2013.8.18.0140, decretando a nulidade da demissão do recorrente e determinando sua reintegração ao posto de 1º Tenente, com todos os direitos advindos da decisão, *in verbis*:

“Diante do exposto, julgo procedente a ação, em razão do manifesto cerceamento de defesa ocorrido, via de consequência, decreto a nulidade do ato jurídico, que excluiu o Requerente **RICARDO ADRIANO PINHEIRO ROCHA MIRANDA** das fileiras da Polícia Militar do Estado do Piauí, determinando seja o mesmo reintegrado ao posto de 1º Tenente QOAPMPI, com todos os direitos advindos desta decisão, após o



Diário da Assembleia

ANO XIII - Nº 232 - Teresina(PI), 06 de dezembro de 2021.

19ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Themistocles Filho
 1º Vice-Presidente: Dep. Franzé Silva
 2º Vice-Presidente: Dep. Cel. Carlos Augusto
 3º Vice-Presidente: Dep. Evaldo Gomes
 4º Vice-Presidente: Lucy Soares
 1º Secretário: Dep. Júlio Arcoverde
 2º Secretário: Dep. Gustavo Neiva
 3º Secretário: Francisco Limma
 4º Secretário: Dep. Oliveira Neto

DEPUTADOS

ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES	MDB
BESSAH ARAÚJO COSTA REIS SÁ	PP
CARLOS AUGUSTO GOMES DE SOUSA (CEL. CARLOS AUGUSTO)	PL
EVALDO GOMES DA SILVA	SOLIDARIEDADE
FÁBIO HENRIQUE MENDONÇA XAVIER DE OLIVEIRA	PL
FÁBIO NUNEZ NOVO	PT
FIRMINO SOARES PAULO	PP
FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR	PDT
FRANCISCO DAS CHAGAS LIMMA	PT
FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA COSTA (DR. FRANCISCO COSTA)	PT
FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (FRANZÉ SILVA)	PT
GEORGIANO FERNANDES LIMA NETO	PSD
GESSIVALDO ISAIAS DE CARVALHO SILVA	REPUBLICANOS
GUSTAVO DE SOUSA NEIVA	PSB
HÉLIO ISAÍAS DA SILVA	PP
JANAÍNNIA PINTO MARQUES	PTB
JOÃO MÁDISON NOGUEIRA	MDB
JOSÉ HÉLIO DE CARVALHO OLIVEIRA (DR. HÉLIO)	PL
JOSÉ ICEMAR LAVOR NÉRI (NERINHO)	PTB
JOSÉ RIBAMAR NOLETO SANTANA (ZÉ SANTANA)	MDB
JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE	PP
LUCY DE FARIAS CARVALHO SOARES	PP
MARDEN LUÍS BRITO CAVALCANTE E MENEZES	PSDB
MIGUEL BORGES DE OLIVEIRA NETO	CIDADANIA
PABLO DANTAS DE MOURA SANTOS	MDB
SEVERO MARIA EULÁLIO NETO	MDB
TERESA DOS SANTOS SOUSA BRITTO	PV
THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO	MDB
WARTON MATIAS LACERDA E OLIVEIRA	PT
WILSON NUNES BRANDÃO	PP

EMENDAS CONSTITUCIONAIS



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Dá nova redação ao inciso X do art. 54, da Constituição do Estado do Piauí, para fixar como teto remuneratório dos Peritos Oficiais de Natureza Criminal, Oficiais Militares do Estado e Analistas do Tesouro Estadual, o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, nos termos do art. 74, § 2º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso X do art. 54 da Constituição do estado do Piauí, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54.

X - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de quaisquer dos Poderes do Estado e dos municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não podendo exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos municípios, o subsídio do Prefeito, e, no Estado, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo, e, o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores do Estado, aos Defensores Públicos, aos Auditores Fiscais da Fazenda Estadual, aos Delegados de Polícia, Peritos Oficiais de Natureza Criminal, Oficiais Militares, Analistas do Tesouro Estadual e aos Auditores Governamentais.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina. (PI), 30 de novembro de 2021.



Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente


